



O IMPACTO DA EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Mozart Neves Ramos*

*Diretor do Instituto Ayrton Senna. Foi reitor da Universidade Federal de Pernambuco (1996-1999 e 2000-2003), secretário de Educação de Pernambuco (2003-2006) e membro do Conselho Nacional de Educação (2005-2009 e 2010-2014).
E-mail: mozart@ias.org.br

Recebido para publicação em: 05.10.2014
Aprovado em: 28.10.2014

Resumo

Este artigo procura retratar o esforço nacional que o Brasil precisa fazer para, por meio da educação, níveis de competitividade similares aos dos países desenvolvidos. Apesar do aumento do número médio de anos de estudos de sua população nas diferentes faixas etárias, o país precisa avançar na universalização do Ensino Médio. Entretanto, o desafio se concentra em como reverter os baixos níveis de aprendizagem escolar nas séries finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Outro aspecto importante, apesar dos recentes avanços, ainda é o baixo percentual de jovens que frequentam cursos técnicos, diferentemente do que ocorre em países mais desenvolvidos. O artigo também chama a atenção para o drama juvenil pela necessidade de escolaridade e empregabilidade.

Palavras-chave: Educação Profissional. Trabalho. Empregabilidade. Aprendizagem escolar.

Abstract

This article seeks to portray the national effort that Brazil needs in order to achieve, through education, competitiveness levels similar to those of developed countries. Despite the increase in the average number of study years of its population in the different age groups, the country needs to go further in the Secondary Education universalization. However, the challenge focuses on how to reverse the low levels of school learning in the final series of the Elementary School and High School. Another important aspect, despite the recent progresses, still is the low percentage of young people who attend technical courses, contrary to what occurs in most developed countries.

The article also draws attention to the juvenile drama by the need of education and employability.

Keywords: Vocational Education. Labor. Employability. School learning.

Resumen

Este artículo pretende retratar el esfuerzo nacional que Brasil necesita para lograr, por medio de la educación, los niveles de competitividad similares al de los países desarrollados. No obstante el aumento del número promedio de años de estudio de su población en los diferentes grupos de edad, el país necesita avanzar en la universalización de la Educación Secundaria. Sin embargo, el reto se centra en cómo revertir los bajos niveles de aprendizaje escolar en las series finales de la Educación Primaria y de la Educación Secundaria. Otro aspecto importante, no obstante los avances recientes, todavía es el bajo porcentaje de jóvenes que asisten a los cursos técnicos, contrariamente a lo que ocurre en los países desarrollados. El artículo también llama la atención sobre el drama juvenil por la necesidad de la escolaridad y empleabilidad.

Palabras clave: Educación Profesional. Trabajo. Empleabilidad. Aprendizaje escolar.

Introdução

Do ponto de vista econômico, o Brasil se encontra na sétima posição no *ranking* mundial do Produto Interno Bruto (PIB); mas situa-se na 79ª posição no *ranking* mundial do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Há, portanto, um grande hiato entre os desenvolvimentos econômico e social. Um dos principais desafios de nosso país é fazer esse alinhamento, e ninguém melhor do que a educação para fazer isso. O impacto da educação, por exemplo, na distribuição de renda é bem conhecido. No Brasil, um ano a mais de escolaridade impacta, em média, 15% na renda de uma pessoa (NICÁCIO, 2014).

Estudos do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2005) revelam que crianças com mães de baixa escolaridade têm três vezes mais possibilidade de morrer antes de completar cinco anos do que crianças com mães que têm alta escolaridade.

O Brasil tem melhorado bastante em termos de anos de estudo nas diferentes faixas etárias, como mostra a Tabela 1:

Tabela 1 – Número médio de anos de estudo por faixas etárias entre 2001 e 2011

Faixa etária	2001	2011
25 a 30 anos	7,4	9,6
31 a 40 anos	6,9	8,5
41 anos ou mais	4,9	6,3

Fonte: IBGE (2011).

Esse aumento do número médio de anos de estudos na população brasileira, especialmente entre os mais jovens, vem acompanhado de um significativo aumento na renda *per capita*. Dados da Pnad/IBGE revelam consistente aumento na renda domiciliar real *per capita* em nosso país. Em 2003, o valor era de R\$ 687,00, passando para R\$ 932,00 em 2011 (IBGE, 2011).

Apesar desses avanços, o país ainda precisa fazer um esforço adicional para colocar todas as suas crianças e jovens, de 4 a 17 anos, na escola, já que 3,6 milhões estão fora (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2012, p. 15). Isso equivale a um país do tamanho do Uruguai.

Aprendizagem escolar

O mais grave é que o país está absolutamente estagnado em um patamar muito baixo em termos de aprendizagem escolar, segundo Relatório de Metas do Todos pela Educação de 2012. A Tabela 2 mostra claramente o baixo índice de aprendizagem de nossas crianças e jovens. O percentual mostrado nessa tabela se refere ao percentual de alunos com aprendizado adequado ao término de cada etapa da Educação Básica, em língua portuguesa e matemática.

Tabela 2 – Porcentagem de alunos que aprenderam o que seria esperado ao término de cada etapa da Educação Básica – 2011

Etapa da Educação Básica	Língua Portuguesa	Matemática
5º ano do Ensino Fundamental	40%	36%
9º ano do Ensino Fundamental	27%	17%
3º ano do Ensino Médio	29%	10%

Fonte: Todos pela Educação (2012).

Com essa tabela podemos ter uma ideia do tamanho do desafio brasileiro. O mais crítico dos percentuais é o de matemática ao fim do Ensino Médio; de

cada 100 alunos que concluem essa última etapa da Educação Básica, apenas dez aprenderam o que seria esperado, isso incluindo alunos das redes públicas e particulares de ensino. Essa é a fotografia, mas o filme também é ruim; basta olhar a Tabela 3, que mostra o quadro da aprendizagem, em matemática, de 1999 para 2011.

Tabela 3 – Percentual de alunos com aprendizado adequado em matemática: 1999-2011

Etapa da Educação Básica	1999	2001	2003	2005	2007	2009	2011
5º ano do Ensino Fundamental	14%	15%	15%	19%	24%	33%	36%
9º ano do Ensino Fundamental	13%	13%	15%	13%	14%	15%	17%
3º ano do Ensino Médio	12%	12%	13%	11%	10%	11%	10%

Fonte: Todos pela Educação (2012).

Se, por um lado, é gratificante observar a expressiva melhora nos anos iniciais do Ensino Fundamental, especialmente de 2003 para cá, por outro, o país está literalmente estagnado nas duas outras etapas e em um patamar muito baixo.

Notadamente, esse baixo índice de aprendizagem escolar se reflete fortemente nas elevadas taxas de retenção e de abandono escolar nas séries finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, como mostra o Figura 1, que foi construída a partir de dados do Censo Escolar. Nas séries iniciais, observa-se um cilindro de fluxo escolar, ou seja, mostrando a eficiência do sistema nessa etapa; contudo, nas duas etapas seguintes da Educação Básica, verificam-se dois cones de fluxo escolar, um gargalo no início de cada etapa e um afunilamento na saída.

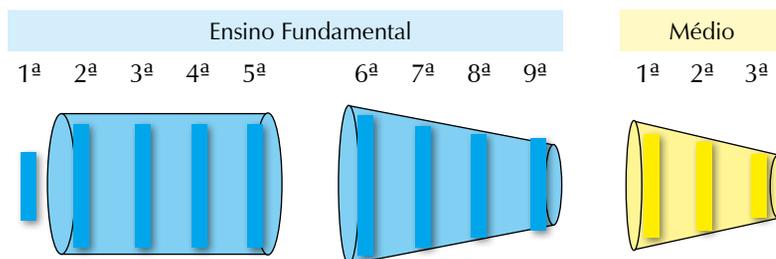


Figura 1 – Fluxo escolar

Esse abandono escolar, resultado de uma escola pouco atraente para o jovem, reflete-se, por sua vez, no elevado número de jovens de 15 a 29 anos que nem estudam, nem trabalham em nosso país, a chamada geração nem-nem, como mostra a Tabela 4, em que é possível ver a mudança desse perfil ao longo dos últimos dez anos (2002 a 2012). Em 2002, 64% dos jovens nessa condição não haviam concluído o Ensino Médio; em 2012, esse percentual caiu para 55%, mas ainda muito elevado e preocupante. O tamanho, em termos absolutos, corresponde a 5,3 milhões de jovens de 15 a 24 anos sem estudar e sem trabalhar. Alargando para 29 anos, esse número passa para quase 10 milhões de brasileiros.

Tabela 4 – Perfil dos nem-nem de 15 a 29 anos

Escolaridade	2002	2012
Fundamental Incompleto	47%	32%
Fundamental Completo ou Médio Incompleto	17%	23%
Médio Completo	26%	39%
Superior Completo ou Incompleto	3%	6%
Não determinado	9%	0%

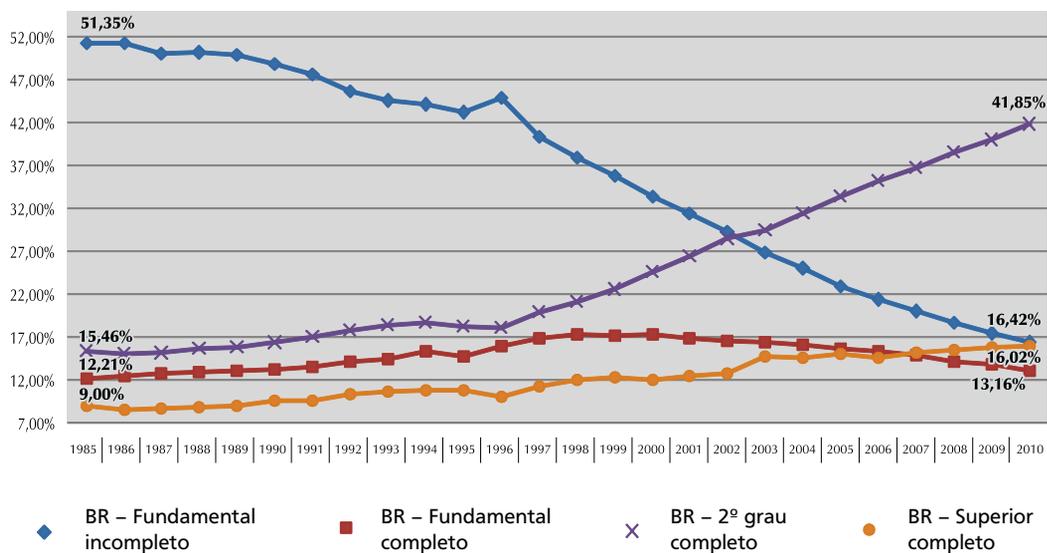
Fonte: Dados do IBGE (2012).

Educação, trabalho e empregabilidade

Pelas razões citadas, o empresariado brasileiro está cada vez mais convicto de que o grande esforço nacional para os próximos anos deve ser focado no aumento da escolaridade e na qualidade da oferta educacional nos diferentes níveis e modalidades. Existem razões de sobra para isso. Uma delas é que até o fim de 2015 será preciso qualificar 7,2 milhões de profissionais; outra é que 18 milhões de jovens brasileiros de 18 a 24 anos estão fora da universidade e não têm a qualificação necessária para ingressar no mundo do trabalho; além disso, entre os países mais ricos, 50% dos estudantes fazem Educação Profissional, sendo esse percentual no Brasil de apenas 13% entre jovens de 15 a 19 anos (RAMOS, 2013a, 2013b; SENAI, 2012). Em São Paulo, o estado mais rico da Federação, a proporção é mais elevada (15%), o que ainda é muito pouco, se comparado a outros países. Na Argentina, essa relação é de 25%; no Chile, 35%. Na Europa, os índices vão de 22% em Portugal a 70% na Alemanha.

Um aspecto positivo no esforço de ampliar as matrículas em cursos técnicos tem sido aquele de diversificar a oferta do ponto de vista de sua relação com o Ensino Médio; ou seja, podendo ser oferecido integrado, subsequente ou concomitante a essa etapa da Educação Básica. Os modelos subsequentes e concomitantes permitem que jovens e adultos que já concluíram o Ensino Médio adquiram uma certificação técnica em três ou quatro semestres. Isso é muito bom para o profissional, que pode se inserir rapidamente no mercado de trabalho, e para o setor produtivo, que em muitas áreas apresenta *deficit* de profissionais qualificados. No entanto, nada impede que a forma integrada seja mantida para aproveitar a estrutura existente e oferecer o mesmo Ensino Técnico e Médio de qualidade em uma escola de tempo integral. Em qualquer um dos modelos, o aluno deverá cumprir as respectivas cargas horárias mínimas exigidas para o Ensino Médio e a Educação Técnica para obtenção das correspondentes certificações.

Uma variável relevante no campo da escolaridade é que, ao longo dos últimos 25 anos, ocorreu mudança importante no perfil dos trabalhadores em empregos formais com respeito ao nível de instrução, como mostra o Gráfico 1. Em 1985, 51,4% dos empregos eram ocupados por trabalhadores que possuíam apenas o Ensino Fundamental incompleto, enquanto 15,5% tinham o Ensino Médio completo; já em 2010, o primeiro caiu para 16,4%, enquanto este último subiu para 41,9%. Empregabilidade e escolaridade andam lado a lado.



Fonte: ME/RAIS (Financiados pelo Fundo de Apoio ao Trabalhador – FAT).

Gráfico 1 – Emprego formal x grau de instrução – BR

Segundo o Observatório do Plano Nacional de Educação (PNE , 2013), coordenado pelo movimento Todos pela Educação, apesar do aumento de matrículas na Educação Profissional registrado nos últimos anos, escola e mundo do trabalho carecem de sintonia. As rápidas transformações proporcionadas pelas novas tecnologias e os novos perfis profissionais, que valorizam muito mais a criatividade e a capacidade de relacionar conhecimentos de forma interdisciplinar na busca da resolução de problemas, ainda são características pouco valorizadas nos cursos de Educação Profissional.

• • • • • • • • • • •
**O novo PNE,
 recentemente
 sancionado pela
 presidente Dilma
 Rousseff, prevê esforços
 importantes em termos
 de metas a serem
 alcançadas para ampliar
 a escolaridade e a oferta
 no campo da Educação
 Profissional**

• • • • • • • • • • •
 O novo PNE, recentemente sancionado pela presidente Dilma Rousseff, prevê esforços importantes em termos de metas a serem alcançadas para ampliar a escolaridade e a oferta no campo da Educação Profissional. De acordo com a Meta 11 do PNE, o desafio, nos próximos dez anos, será o de triplicar as matrículas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público. Dados de 2013 extraídos do Observatório do PNE mostram que a oferta de matrículas de Educação Profissional Técnica é de 1.441.051; portanto, espera-se para 2024 uma oferta de 4.323.153 matrículas nessa modalidade de ensino.

• • • • • • • • • • •
 É importante ressaltar que o Governo Federal entendeu perfeitamente esse desafio, ao lançar o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), cujo objetivo é expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos técnicos e profissionais de nível médio, e de outros cursos destinados à formação inicial e continuada para trabalhadores.

O cenário de início do Pronatec, em 2011, apresentava aproximadamente um total de 7,6 milhões de jovens, na faixa entre 18 e 24 anos, que haviam concluído o Ensino Médio, mas não tinham continuado seus estudos, quer na Educação Superior, quer na Educação Profissional e Tecnológica. Esse foi o contexto do nascimento do Pronatec, o qual recebeu, desde o pri-

meio momento, decisivo apoio do Conselho Nacional de Educação e de seus principais operadores, isto é, da Rede Pública de Educação Profissional e Tecnológica e dos Serviços Nacionais de Aprendizagem, em especial do Senai e do Senac. O principal programa em escala no âmbito do Pronatec, a Bolsa-Formação, por exemplo, já conta com mais de 3,6 milhões de matrículas, conseguindo atender a mais de 4 mil municípios, em especial auxiliando municipalidades na organização da oferta dos cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores e atendimento de estudantes candidatos a emprego. Esse programa, além de representar um forte agente de interiorização da Educação Profissional, por atender a municípios de menor porte e distantes das regiões metropolitanas, também inovou no estabelecimento de sua oferta de vagas, por promover dinâmicas de pactuação entre demandantes e ofertantes, articulando Ministérios e Secretarias Estaduais, de um lado, e as redes de unidades educacionais ofertantes, de outro. Essa sistemática de condução da política pública adotada pelo Pronatec é que tem possibilitado a efetiva ampliação da oferta de Ensino Técnico e da Formação Inicial de trabalhadores em cursos que contem, no mínimo, com 160 horas de duração, estruturados segundo itinerários formativos que propiciam contínuo e articulado aproveitamento de estudos, até a habilitação profissional como Técnico de Nível Médio, beneficiando ainda mais os trabalhadores e o próprio mundo do trabalho.

Todo esse esforço está fundamentado em estudos que mostram o drama juvenil em termos da necessidade do aumento de escolaridade e empregabilidade. Um deles, realizado pela McKinsey&Company, intitulado *Educação para o trabalho: desenhando um sistema que funcione* (MOURSHED; FARRELL; BARTON, 2013), revela o drama do desemprego juvenil e da falta de competências necessárias para que essa juventude possa ocupar posições no mundo do trabalho.

De acordo com o estudo, na Grécia, na Espanha e na África do Sul, mais da metade dos jovens estão desempregados. O desemprego médio entre os jovens, na Europa, no Oriente Médio e no norte da África, beira a casa dos 25%. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) estima que, em todo o mundo, 75 milhões de jovens estejam desempregados. Esse número praticamente triplica quando se incluem os jovens subempregados. Segundo o relatório, isso não representa apenas um gigantesco *pool* de talentos não aproveitados, é também uma fonte de inquietação social e desespero individual no mundo jovem.

Paradoxalmente, há uma profunda escassez de jovens com habilidades necessárias para ocupar as novas demandas do atual mundo do trabalho. A McKinsey&Company estima que, em 2020, haverá um *deficit* mundial de 85 milhões de trabalhadores de alta e média qualificação.



Considerações finais

A solução para essa crise passa não só pela criação de novos empregos, mas também pelo desenvolvimento de competências para o mundo do trabalho. De acordo com relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2014) *Melhores competências, melhores empregos, melhores condições de vida – uma abordagem estratégica das políticas de competências*, sem investimento adequado em competências, as pessoas definham à margem da sociedade, já que o progresso tecnológico na sociedade global está cada vez mais baseado no conhecimento. Esse relatório também revela que pessoas com nível mais baixo de competências básicas têm probabilidade 80% mais elevada de ficar desempregadas e 40% mais probabilidade de ter problemas de saúde em comparação com os indivíduos

• • • • •
Fica claro que as empresas precisam trabalhar em conjunto com as instituições de ensino, de forma que os alunos possam assim adquirir as competências demandadas pelo mundo do trabalho

com nível mais elevado de competências básicas. As lições-chave de políticas de desenvolvimento de competências relevantes incluem: (1) Incentivar e permitir que as pessoas aprendam ao longo de suas vidas; (2) Estimular a mobilidade internacional de pessoas qualificadas para preencher vazios de competências; e (3) Promover políticas transfronteiriças de competências. Este último significa dizer, em outras palavras, a necessidade de se investir em competências no exterior e fomentar a Educação Superior transfronteiriça. Isso pode ajudar um país a ampliar seu inventário de competências com mais rapidez do que se tivesse que depender sozinho dos recursos internos.

• • • • •

Fica claro que as empresas precisam trabalhar em conjunto com as instituições de ensino, de forma que os alunos possam assim adquirir as competências demandadas pelo mundo do trabalho. Mas ainda existe pouca clareza sobre que práticas e intervenções funcionam para que a formação dos jovens inclua esses atributos. Daí a pergunta-chave: como um país pode ser bem-sucedido ao conduzir com êxito seus jovens da educação para o trabalho? E foi a isso que o relatório da McKinsey procurou responder, estudando o tema em nove países: Brasil, Alemanha, Índia, México, Marrocos, Arábia Saudita, Turquia, Reino Unido e Estados Unidos.

Notadamente, como ponto de partida, era preciso reconhecer a dupla face da crise: a escassez de postos de trabalho e a falta de competências para o mundo do trabalho na formação juvenil. Outro fato que chamou a atenção dos pesquisadores foi a ausência de dados concretos que permitissem, por exemplo, compreender quais as competências exigidas para o emprego, ou quais as práticas mais promissoras para melhor qualificar os jovens. Apesar da complexidade do tema, a pesquisa chegou a alguns pontos comuns entre os países pesquisados.

Pelos resultados, ficou evidente que empresários, professores e alunos vivem universos paralelos e têm entendimentos absolutamente diferentes de uma mesma situação. Por exemplo, 72% das instituições formadoras acreditam que os formandos/recém-contratados estão adequadamente preparados para exercer suas atividades. Do ponto de vista dos empregadores, por outro lado, esse percentual cai para 42%.

Essa mesma pesquisa mostra que 39% dos empregadores consideram a escassez de competências a principal razão de as vagas para iniciantes não serem preenchidas. No Brasil, esse percentual sobe para 48%.

Ainda de acordo com a pesquisa, um quarto dos jovens não passa por uma transição fácil para o trabalho; seus primeiros empregos não estão relacionados com sua área de estudos, o que os faz querer mudar rapidamente de posição. Nos mercados emergentes, esse percentual cresce para quase 40%. Entre os jovens pesquisados, 43% responderam que o fator financeiro é o grande entrave para cursar uma faculdade. Isso demonstra o acerto de nosso país em adotar programas como o Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) para custear vagas de estudantes em universidades particulares.

Criar um sistema de educação para o trabalho requer novos incentivos e estruturas, conclui o relatório da McKinsey (MOURSHED; FARRELL; BARTON, 2013). Os países precisam de sistemas integradores responsáveis por uma visão abrangente da educação com vistas ao trabalho, envolvendo as instituições formadoras e os empregadores para desenvolver soluções relativas às competências, levantando dados e disseminando exemplos positivos. A criação de câmaras interinstitucionais setoriais por áreas tecnológicas, por exemplo, poderia ser uma saída. O certo é que esse relatório deixa um recado importante para as instituições formadoras, os governos e as empresas: sem integração e diálogo não será possível vencer a crise da empregabilidade juvenil, a qual terá enorme impacto no futuro sustentável das nações.



Referências

IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**. Rio de Janeiro, 2011.

MOURSHED, Mona; FARRELL, Diana; BARTON, Dominic. **Educação para o trabalho**: desenhando um sistema que funcione. [S.l.]: McKinsey, 2013.

NICÁCIO, Adriana. O desafio de ampliar a produtividade. **Desafios do Desenvolvimento**, Brasília, DF, ano 10, n. 78, 2013/16 jan. 2014.

OBSERVATÓRIO do Plano Nacional de Educação. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <www.observatoriodopne.org.br>. Acesso em: 6 nov. 2014.

OCDE. **Melhores competências, melhores empregos, melhores condições de vida**: uma abordagem estratégica das políticas de competências. São Paulo: Fundação Santillana, 2014.

RAMOS, Mozart Neves. Educação para o mundo do trabalho. **Correio Braziliense**, Brasília, DF, 7 mar. 2013a.

RAMOS, Mozart Neves. Educação para o trabalho. **Correio Braziliense**, Brasília, DF, 6 jun. 2013b.

SENAI. **Mapa do trabalho industrial**. Brasília, DF, 2012.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **De olho nas metas, 2012**: quinto relatório de monitoramento das 5 metas do Todos pela Educação. [Brasília, DF], 2012.

UNICEF. **Situação mundial da infância 2005**. Brasília, DF, 2005.